



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS PARA MELHORIAS DO IDEB

Vilma Terezinha de Araújo Lima;

Profa. Universidade do Estado do Amazonas – UEA araujovilma@hotmail.com

Edilza Laray de Jesus;

Profa. Universidade do Estado do Amazonas – UEA edilzalaray@gmail.com

Gilson Nazareno da Conceição Dias;

Prof. Secretaria de Estado e Educação Seduc gilsondias87@gmail.com

Suzianne Lima de Moraes

Graduanda em Geografia - Universidade do Estado do Amazonas suzianne.moraes@hotmail.com

Resumo: A pesquisa tem o objetivo de compreender as iniciativas de políticas educacionais que visam melhorias do Ideb em Manaus e evidencia, para fins da pesquisa, um convênio entre o governo do Estado do Amazonas e a Universidade Federal de Juiz de Fora - MG por meio do Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Educação (Caed) e o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam). A metodologia utilizada foi um estudo qualitativo exploratório-descritivo. No estado do Amazonas o sistema de avaliação já vem ocorrendo desde 2008, no entanto, há carência de discussão na academia e mais ainda em publicações para serem utilizadas nos cursos de formação de professores. O que se encontra escrito foi produzido pelos próprios professores que ministram os cursos de formação CAED.

Palavras-Chave: Avaliação externa; Sadeam; Manaus.

Introdução

A onda de reforma educacional varreu o mundo inteiro, criando uma espécie de consenso global a favor da ideia da aferição constante da aprendizagem como sinônimo de uma gestão educacional voltada para a melhoria da qualidade e da equidade. Tais reformas surgiram em vários países, primeiramente Cuba deu início ao processo na década de 1970, Inglaterra e Estados Unidos no início dos anos 1980, Espanha e Portugal, 1986; no Chile em 1988; França, 1989; México, 1992; Argentina, 1993; Brasil 1978-98. A consolidação e acordo entre países deu a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. (ALVES, 2015).

A partir de então o Banco Mundial passa a cobrar dos países que buscavam empréstimos financeiros, maiores resultados nas avaliações educacionais como condição, por um lado, para a política de modernização dos sistemas educacionais e, por outro, um certo nivelamento desses países demandantes, entendendo que a educação de qualidade impulsionaria o desenvolvimento econômico nos países. O ingrediente que o Banco agregou, já corrente nos países mais industrializados, foi o argumento de que o processo de globalização econômica estava alterando as



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

bases da competição entre os países e que os sistemas educacionais precisavam se adaptar ao novo cenário internacional mediante uma preocupação cada vez maior com seus indicadores de qualidade. (BROOKE, 2012 apud ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 19).

As reformas educativas objetivam unir a educação à economia, isso porque no novo paradigma de produção, as novas tecnologias requerem trabalhadores mais qualificados. Segundo Libâneo, a ordem era sintonizar os sistemas educacionais ao modelo neoliberal. Assim, a avaliação educacional, pode servir, por um lado, para controle e regulação por parte do Estado e, por outro, como mecanismo de introdução lógica do mercado, visando a maior competição e desempenho, além de reforçar valores como individualismo, meritocracia e competência (CATANI, OLIVEIRA & DOURADO 2002, apud LIBANEO, 2012, p.263).

No Brasil várias ações, programas e políticas foram implementadas norteando o projeto educativo do país, bem como legislações específicas para tais finalidades. Destacam-se entre outros os PCNs, o Programa Nacional do Livro Didático, o Exame Nacional do Ensino Médio, as Diretrizes Nacionais de Formação de Professores da Escola Básica, a Resolução CNE/2002 e a Lei n. 11.274 de 2006, de ampliação do ensino fundamental para nove anos, e, por último, a Lei Nº 13.005 de 25 junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 9º destaca “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”. Essa opção política do Estado brasileiro tem o objetivo de buscar o acesso universal à escolarização básica e adequar as instituições aos objetivos de competitividade, eficiência e produtividade, tendo como um dos seus elementos a flexibilização do processo de avaliação do ensino-aprendizagem, com o intuito de garantir maior permanência de crianças e jovens na escola (CAVALCANTI, 2012, p. 14).

As escolas e alunos passaram a ser avaliados através de programas que se articulam do local (a escola) ao global. No plano internacional destaca-se o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA); no nacional / estadual / municipal o Ideb; e no Amazonas, uma avaliação específica, por meio do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam). Assim, Almeida e Freitas (2013) comentam:

O Ideb foi operacionalizado em 2007 como um indicador de qualidade educacional a ser utilizado tanto para orientar no planejamento de políticas públicas educacionais nos diferentes entes federativos (município, estado e Federação) e no financiamento da educação, quanto para servir como informativo à população em geral (ALMEIDA, DALBEN & FREITAS, 2013, p. 1155).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Os rumos que as práticas avaliativas vêm tomando no âmbito do sistema de ensino brasileiro, ao contrário da posição formulada anteriormente, encaminham-se para a subordinação do trabalho dos professores e, portanto, da avaliação que fazem, aos critérios da avaliação do sistema. Nesse caso, não são os objetivos de ensino que irão determinar as formas de avaliação, mas é a avaliação que acabará por determinar os objetivos, ou seja, dependendo das finalidades postas pelos governos em relação à avaliação do sistema de ensino, ter-se-á uma escola funcional a serviço dos interesses de agências externas à escola. (LIBÂNEO, 2013, p. 199).

Durante a pesquisa professores relataram que em função da avaliação os tempos de aula das disciplinas são reduzidos pois os alunos precisam treinar para a prova. Nesse sentido Afonso concorda com Rosales ao observar que “o professor, de algum modo, deixa de ser dono dos seus próprios actos, perde autonomia profissional e converte-se num instrumento de objetivos e de normas impostas de fora para dentro. (ROSALES, 1992, apud AFONSO, 2009, p 82). As modalidades de avaliação adoptadas por um sistema de formação têm sempre uma função de regulação, o que significa que a sua finalidade é sempre a de assegurar a articulação entre as características das pessoas em formação, por um lado, e as características do sistema de formação, por outro (L. ALLAL 1986 apud a AFONSO, 2009,p 18).

Para Freitas, os objetivos e a extensão das disciplinas nas escolas estão relacionados 1ª avaliação quantitativa. Sob tal perspectiva o autor questiona:

Hoje é fato visível nas escolas que a avaliação externa orienta e determina os objetivos e a extensão das disciplinas (em especial português e matemática, mas não menos as demais disciplinas pois que interfere nos tempos que a escola permite dedicar a estas). (FREITAS, 2014, p.1094).

A reforma educacional em curso no país coloca em evidência um processo simultâneo de regulação e flexibilização do trabalho docente em contraposição à perspectiva de valorização do professor que busca criar condições para autonomia pedagógica onde o professor deve estimular a reflexão e interpretação da realidade e valorização da capacidade de decisão. Os professores que não exercem a autonomia, a capacidade crítico reflexiva, não pode ensiná-las aos seus alunos, pois ninguém ensina o que não sabe. (CACETE, 2013, p. 56). Os dados da avaliação são divulgados pelos meios de comunicação, geralmente números classificando a melhor e a pior escola. Esses números são utilizados pelas políticas públicas e interferem diretamente no dia a dia da escola, no entanto pouco se discute esses dados, apenas em algumas escolas são colocados em um cartaz próximo a entrada.

... Os resultados dessas avaliações têm sido apropriados pelas políticas públicas e divulgados pela mídia de tal forma que se chega a acreditar que seus efeitos são



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

inquestionáveis e que, ao interferirem no cotidiano escolar e na vida das pessoas, o fazem de forma sempre benéfica, desconsiderando-se os diferentes tipos de erro e os variados efeitos colaterais destas políticas (FREITAS, 2014, p.1154)

Seguindo as orientações que seguem o curso desde o Banco Mundial até o Ministério da Educação e as Secretarias municipais e estaduais de educação, no estado do Amazonas foi criado o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam), administrado pelo Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Educação Caed, da Universidade Federal de Juiz de Fora que oferece curso de aperfeiçoamento aos professores da rede de ensino estadual e um mestrado profissional em Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Os recursos vêm do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam) onde o Governo do Estado, via Seduc, capta recursos internacionais objetivando a ampliação e melhoria do sistema público de educação do Estado.

Metodologia

O texto traz uma reflexão sobre o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam) e do Curso de aperfeiçoamento Caed/UFJF. Constatou-se a escassez de dados de pesquisa sobre a temática no estado do Amazonas, apesar do investimento em cursos de formação na área. Assim, baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental além de entrevistas com professores da rede de ensino estadual que participaram do Curso de aperfeiçoamento Caed. Tratando-se de uma abordagem qualitativa exploratória-descritiva.

Resultados e Discussão

O Sadeam

O Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam) foi criado em 2008, buscando aferir o desempenho educacional dos alunos da rede pública estadual de ensino. Em 2011, seguindo modelo adotado em outros estados brasileiros como: AC –SEAPE, AL-AREAL, AM-SADEAM, BA-SABE, CE-SPAECE, ES-PAEBES, GO-SAEAGO, MG-SIMAVE, MS- SAEMS, PA –SISPAE, PB- AVALIANDO IDEPB, PE-SAEPE, PE-TRAVESSIA, PI-SAEPI, PR –SAEP, RJ-SAERJ, RS-SAERS, RO –SAERO (Figura 1) consolidou parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



Figura 1. Sistemas de avaliação estadual



Fonte: (CAED, 2014 apud SILVA & SOARES, 2015).

O Sadeam avalia no 3º e 7º ano do ensino fundamental, e nos anos iniciais e finais da EJA (5º e 9º anos do Ensino Fundamental), Língua Portuguesa e Matemática. No 3º ano do Ensino Médio, para as modalidades de Ensino Regular e EJA, são avaliadas as competências relativas a língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. (GOLVEIA et al, 2014)

No Brasil, a sua grande área territorial, com sazonalidades, costumes e culturas diferentes, são entraves para a realização do processo avaliativo. No Estado do Amazonas maior estado brasileiro além da área tem que superar outros desafios como a limitação aos meios de comunicação e dificuldades de transportes para os professores realizarem seus percursos formativos já que a maioria dos municípios o acesso é realizado por via área ou fluvial. Se levarmos em conta que o sistema depende diretamente da internet complica mais ainda. Além do mais muitos professores da rede pública de ensino não tem sequer formação para atuar como professores na área, isso quando tem nível superior. Realidade presenciada no município de Carauari –AM, em 2016, o mesmo acontece em Manaus onde até mesmo em escolas tradicionais o cargo de professor é ocupado por professores de outra área.

A média do desempenho cognitivo dos alunos de uma dada escola não pode ser tomada como uma medida de sua qualidade, já que escolas diferentes têm alunos com perfis socioeconômicos muito diferentes e é amplamente conhecida a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

influência do nível socioeconômico no desempenho dos alunos da educação básica. (FREITAS, 2014, p.1160). Nesse sentido não é levado em conta o capital cultural discutido em Bourdieu:

[...] cada família transmite aos seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 2014, p.46)

O Sistema educacional amazonense, em 2014, era composto por 5.524 escolas, com 1.191.882 matrículas, 41.990 docentes para 50.88 turmas. Atualmente, são 50.444 professores que compõem a Educação Básica, sendo 24.370 na rede estadual, 20.503 na municipal e 5.571 na rede particular. (AMAZONAS, 2015, p.14).

Os dados do Sadeam podem ser acessados na página da internet vinculada a UFJF <http://www.sadeam.caedufjf.net/>, lá estão disponíveis tabelas, gráficos e apostilas para os que estão diretamente ligados ao processo de avaliação externa. Acerca desses dados Gouveia observa que, ao leitor, passa a ideia de que o Sistema é capaz de “produzir informações precisas sobre o desempenho escolar, as avaliações possibilitam, por parte dos atores educacionais, a execução de ações e estratégias voltadas a redução das desigualdades e ampliação das oportunidades educacionais” (GOUVEIA, 2014).

Na matriz de referência de Ciências Humanas são objeto de avaliação as habilidades que se referem a conceitos de memória e identidades; representações cartográficas e iconográficas que permitem identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder; e análise dos diferentes discursos que influenciam ações das políticas públicas, traduzindo os interesses e enfrentamentos dos diferentes grupos sociais. (GOUVEIA, 2014).

No Diário Oficial do Estado do Amazonas de 14.12.2015, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, empresta ao Amazonas 115.285,041,41 (cento e quinze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil quarenta e um reais e quarenta e um centavos) para serviços de consultoria para o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - Padeam. Tal empréstimo tem como fim o Projeto de Expansão e aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora/Caed em um contrato com duração de 5 anos. Para tal finalidade a agência executora está sendo a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – Seduc - Am.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Aperfeiçoamento Caed

O curso de aperfeiçoamento para profissionais da educação pública do Amazonas foi um convênio entre a Seduc-Am e Universidade Federal de Juiz de Fora, na modalidade a distância contendo 4 módulos: Módulo 1. Avaliação educacional; Módulo 2. Currículo e Políticas Curriculares; Módulo 3. Políticas Educacionais e Legislação e Módulo IV Gestão Escolar.

As turmas variavam entre trinta e cinquenta alunos, professores ingressos do concurso de 2011 de todas as disciplinas. Participaram concursados da capital e do interior de todas as cargas horárias (professores de 20 e 40 horas) tinha um tutor(a) da que semanalmente publicava na plataforma virtual questionamentos referentes aos módulos estudados.

Os “fóruns” eram espaços de interação, onde era possível conversar com outros cursistas em seus perfis pessoais, assim como conversar com o tutor virtual. No fim de cada quinzena, o tutor virtual informava o encerramento do debate e individualmente cada aluno recebia um retorno de seu desempenho, normalmente as palavras mais usadas eram “parabéns”, “com sucesso foi finalizado”. Aos alunos que não participavam dos fóruns, eram encaminhadas mensagens da tutoria solicitando maior interação com os debates.

As aulas eram apenas presenciais ocorriam sempre uma semana antes da realização das avaliações presenciais. Essas aulas eram divididas por coordenadorias distritais (capital) ou por unidades regionais de ensino (interior) os professores eram reunidos em escolas que possuíam auditório, geralmente centros de educação integral (CETI) eram instalados equipamentos para a transmissão via internet com professores na UFJF.

Cada professor participava de acordo com sua carga horária, independente se o profissional tivesse outro vínculo empregatício (exemplo seduc/semec) as aulas consistiam em comentários sobre os textos referentes aos módulos. Era possível enviar perguntas escritas por meio de e-mail, um técnico de cada coordenadoria ficava responsável em enviá-las para o professor na UFJF.

As escolas não paralisavam suas atividades, em sua maioria funcionavam em sistema de tempo reduzido (nas escolas de ensino regular o tempo de cinquenta minutos era reduzido em tempos de trinta e nas escolas de tempo integral o período da tarde era reduzido). Os professores que não participavam dos módulos iam normalmente para a escola e assim cumpriam sua agenda. Nos livros de ponto era escrito “ formação CAED” e a frequência dos professores era enviada para as escolas pelo e-mail expresso, os professores que faltavam as formações ou não assinavam as listas recebiam a “falta” que era inseridas nos livros de ponto.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nesse período foi disponibilizado uma ajuda de custo aos professores participantes do curso que variava de R\$ 60,00 (sessenta Reais) até R\$ 100,00 (cem reais) esses valores eram de acordo com a carga horária de trabalho aos professores de vinte e de quarenta horas esses valores disponibilizados por meio de cadastro previamente realizado no site do CAED informando a conta bancária. Em alguns casos servidores ficaram sem receber esse benéfico por falta de informação de suas escolas, ou por falta de conhecimento, pois o próprio site disponibilizava um link de cadastro para conta bancária ou ordem de pagamento.

A não participação de um número considerável de professores e a dependência na maioria dos módulos fez com que a SEDUC por meio de Diário Oficial do Amazonas em março de 2015 publicasse os resultados do estágio probatório. A publicação com o seguinte texto “ aprovado na 1º fase com pendência em CAED” “ aprovado na 2º fase com pendência em CAED” e “ aprovado na 3º fase com pendência em CAED” e dezoito publicações de não apto ao serviço público.

Esta publicação gerou um desconforto entre os servidores e o surgimento de boatos sobre uma possível “exoneração”, fez com que um grupo de professores entrassem na justiça alegando a ilegalidade do processo. Uma das medidas tomadas pelo CAED, foi a criação de outras turmas, absorvendo assim os alunos que tinham pendência. No portal de acesso links com atividades substitutivas eram disponibilizados (recuperações) questionários e os fóruns eram abertos novamente, todas formas possíveis de reabilitar os professores foram realizadas, nas escolas. Cartas circulares foram entregues a todos os cursistas e eram chamados para dar ciência da necessidade de voltar a plataforma virtual, as apostilas que antes eram apenas disponibilizadas para download era entregues aos professores impressas e em CD ROM.

Em algumas escolas grupos de estudos foram criados entre os professores e nas redes sociais, fóruns de caráter mais informal surgiram, nenhuma dessas iniciativas partiram da secretaria de educação ou coordenadorias distritais. Independente de sua disciplina professores de ciências humanas, biológicas e exatas estudavam os mesmos cadernos, em alguns casos quando haviam cursistas de módulos mais avançados, que ajudavam professores mais atrasados. Foi possível identificar em alguns casos a interação entre os professores que alguns chamavam de “cooperação CAED” ou “força tarefa do CAED” esses encontros aconteciam geralmente nos intervalos ou nas HTP (Hora de Trabalho Pedagógico) dos professores.

Em 2015, avaliações presenciais foram realizadas para todos os módulos, aos alunos que estavam com pendência, foram alocados em escolas sedes da SEDUC para realizar suas avaliações, em alguns casos o professor realizava dois dias de provas, cada uma referente as atividades que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

anteriormente tivera perdido. Em algumas escolas as aulas foram suspensas (principalmente as que eram sede de avaliação) e em outras funcionam em sistema de tempos corridos.

O que se pode destacar no processo de avaliação e formação do CAED como válido foi a proposta de interação entre os profissionais da educação pública das mais diferentes realidades na cidade e no interior por meio do uso das tecnologias hoje disponíveis.

No período de 2011 e 2014, notebooks, tablets, mini-modems 3Gs, foram doados aos professores e rede wi-fi com terminais foram instalados nas escolas, todas as ferramentas possíveis foram disponibilizadas também nesse período houve a padronização do sistema do diário digital que aboliu o diário físico.

Vários anos os professores passaram sem momentos de formação continuada, iniciativas isoladas eram desenvolvidas por secretarias municipais e pela SEDUC, a exemplo de seminários, encontros e formações continuadas, era necessário criar um espaço para troca de experiências, para ouvir os profissionais das mais diversas realidades. Infelizmente poucos são os momentos de encontro dos professores para conversar e trocar experiências, o CAED era esse espaço, entretanto a forma como o programa foi apresentando aos professores e como foi conduzido foi prejudicial. A resistência de alguns professores e descaso no processo são resultado da não socialização dos processos formativos, isso gerou no meio dos professores conflito e pouco aproveitamento. Como o relato:

Os assuntos não eram irrelevantes, mas a maior parte deles não fazia parte do nosso cotidiano, pois as avaliações externas só entravam em nossa rotina como professor durante a aplicação. Não havia programas pedagógicos que visassem o melhor desempenho dos alunos nessas provas. Aliás, na minha escola nem havia pedagogo, só para constar. (professora, Seduc, 2011)

Para a maioria dos professores do concurso de 2011 o Caed como forma de avaliar o estágio probatório foi imposto de forma inadequada, pois não constava no edital. Assim, protestos nas redes sociais, ações jurídicas do sindicato dos professores tentaram impedir a sua validade.

... a maneira como ele foi aplicado aos professores mostrou-se altamente coercitiva e impositiva, deixando de lado seu valor pedagógico e formador para dar lugar a um critério de punição àqueles que não o fizessem, já que nos era afirmado que seríamos automaticamente exonerados se nos negássemos a fazê-lo. (Professora, Seduc, 2016)

O estado do Amazonas também mantém convênio com o Caed/UFJF em um Curso de mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Gestão Pública. Algumas dissertações já foram finalizadas, mas nenhuma discute o sistema de avaliação do Estado.



Conclusões

Embora o Caed/UFJF seja um centro de referência nacional na execução de programas de avaliação educacional, discutimos aqui a sua importância no aperfeiçoamento de professores no estado do Amazonas. A experiência de um curso para avaliar o professor no estágio probatório não parece ter tido êxito, foi o que mostrou as entrevistas depoimentos e o número de professores reprovados nos módulos registrados no diário oficial do Estado.

Assim, a avaliação externa apesar de nos dá informações relevantes sobre a educação não pode ser a principal forma de conhecer a realidade das nossas escolas, pois muitas coisas não são ditas em números. Os números não revelam os problemas enfrentados na escola como a presença de drogas, falta de pessoal qualificado, pois é comum encontrar professores ministrando a disciplina de geografia sem ter a formação, falta de pedagogo, sem mencionar a infraestrutura que não recebe manutenção, falta de biblioteca entre outros. Daí fica a pergunta: como podemos confiar nesses dados do sistema de avaliação?

Enquanto milhões são gastos com materiais e cursos que os professores não valorizam porque não são informados o seu verdadeiro significado a educação continuará passando por problemas, pois a maioria dos professores da rede pública de ensino não é incentivada a debater, a escrever suas experiências, conhecer novas realidades. Deveríamos primeiramente cumprir as Leis que são desacreditadas no sistema escolar já que estão longe da realidade como reza o Plano Estadual de Educação do Amazonas que visa assegurar de forma gradativa o número máximo de até 35 alunos por sala de aula no Ensino Médio, em cumprimento a Lei 257 de 30 de abril de 2015, na vigência deste PEE/AM;

Como podemos contribuir com a melhoria da educação sem resolver problemas reais? Como foi relatado o curso a distância do Caed serviu não para cumprir os seus objetivos mais sim para aproximar os professores nas redes sociais. Carecendo de uma discussão crítica e reflexiva sobre o porquê do Curso e qual a sua importância na formação do professor. Dessa forma, entendemos que precisamos aproximar esses professores à Universidade para conhecermos mais suas experiências, suas angústias que são acumuladas ano após ano e através de projetos em conjunto dar visibilidade ao saber docente. Pois concordamos com Tardif (2014) quando relata: os professores, no exercício de suas funções e na prática de profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

brotam da experiência e são por elas validados. Se o professor não for incentivado a escrever suas experiências no futuro ninguém as conhecerá.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson & FREITAS, Luiz Carlos de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educ. Soc.** [online]. 2013, vol.34, n.125, pp.1153-1174. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000400008>.

ALVES, Maria Tereza Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita. **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira**, Belo Horizonte, MG, Fino Traço, 2015)

AMAZONAS, **Plano Estadual de Educação do Amazonas**. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), Manaus, 2015.

BOURDIEU Pierre, **Escritos de educação**. Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores). 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014. – (Ciências Sociais da Educação).

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola**. Campinas: Papyrus, 2012. 208 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CACETE, Núria Hanglei. Reforma educacional em questão:: os parâmetros curriculares Nacionais para o ensino de Geografia e a formação de professores para a escola básica. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Souza. **Formação, pesquisa e práticas docentes:: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Mídia, 2013. Cap. 2. p. 47-58.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. **Educ. Soc.** [online]. 2014, vol.35, n.129, pp. 1085-1114. ISSN 0101-7330.

GOLVEIA, C. A. D' ASSUMPÇÃO et al. O sistema de avaliação do desempenho educacional do Amazonas – Sadeam. In: **Processo de formação de profissionais da educação pública**. Guia de estudos. Vol. 1. CAED/AMAZONAS, 2014.

RAVITCH, Diane; **Vida e Morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação/ Diane Ravitch; tradução Marcelo Duarte**. – Porto Alegre: Sulina, 2011.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

SILVA, R. A. da; SOARES, A. P.A. Estudo comparativo do resultado do Sadeam entre duas escolas públicas de ensino médio no município de Manaus. **TCC do Curso de Metodologia do Ensino de Geografia**. Universidade do Estado do Amazonas, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2014.